



DEZEMBRO DE 2016

Baixo nível cultural como projeto de Estado: *o PIG global*

Yuri Martins-Fontes

No mês passado, apresentamos aspectos eleitorais e socioeconômicos que em tempos de crise mundial levaram projetos políticos *centristas* a perderem espaço para facções conservadoras, que ora assumem o poder nos Estados Unidos e no Brasil (dentre outros países). Continuando com o paralelo entre essas duas nações, bastante assemelhadas em certos quesitos negativos, lancemos agora um olhar à questão cultural – já que quando falamos em uma suposta “guinada à direita”, pressupõe-se que aquele que “guinou” tomou esta atitude conscientemente, escolhendo representantes reacionários de acordo com seu discernimento e liberdade de opinião.

Na construção da opinião pública, duas instituições são cruciais: a mídia e a educação, ambas formadoras das estruturas dentro das quais se movem os valores, os princípios de uma sociedade. Tratemos primeiramente da grande mídia corporativa – cada vez mais concentrada e *globalizada*, no sentido mais daninho do termo –, que hegemoniza e homogeneiza nossas doses diárias de “verdade” (deixemos para o próximo artigo a questão educacional).

É bem sabido que o surrado conceito de “liberdade de imprensa” – na acepção limitada, que se restringe a certos interesses de grandes meios de manipulação informativa – não inclui e mesmo se opõe à “liberdade de opinião”. Tais oligarquias controladoras da imprensa, aliás – representantes do 1% global –, são os atores fundamentais que contribuem permanentemente ao

“progresso do nosso subdesenvolvimento” (como diria Stanislaw Ponte Preta).

Periferização do mundo

No entanto, esse “progresso” da desgraça moderna – que tem por pilar a desinformação e o entretenimento vulgar –, não ocorre somente no Brasil ou em países submissos como o nosso, mas cada vez mais se faz presente no centro do sistema capitalista. Como observa o filósofo Paulo Arantes (“A fratura brasileira do mundo”), os países que comandam o neoliberalismo têm experimentado uma “brasilianização” ou “periferização” de suas sociedades – as quais estão se tornando mais parecidas com nossas nações inconclusas e desestruturadas da periferia (vejam-se os frequentes incêndios de carros nos apinhados subúrbios de Paris, ou as revoltas generalizadas contra a supressão de políticas de bem-estar social europeias).

Nos Estados Unidos, nas últimas décadas houve uma exponencial concentração da mídia (e inclusive o enfrentamento desse problema foi promessa não cumprida da campanha de Obama). Talvez por essa passividade do *democrata* no tema, mas sobretudo por suas atitudes intensamente belicistas, que movimentaram e agradaram muito aos “mercados” (renovação do estoque de armas, reconstrução de nações destruídas, apropriação de recursos energéticos), a imprensa estadunidense se colocou a favor dele, contra a candidatura de Trump – apesar de que o *republicano* em assuntos internos certamente se alinha mais com os objetivos de Estado mínimo pregados pelas poderosas organizações de comunicação do país. De todo modo, como se viu, esse apoio midiático ao *democrata* não foi suficiente para que, em curto tempo, se convencesse uma população sistematicamente “formada” na falta de princípios humanos (mediante fortes doses diárias de televisão e outras formas de violência, sempre a pregar valores como o individualismo, o machismo, a xenofobia, a competitividade, a lei do mais forte), a de repente negar seu voto a um candidato “apenas” pelo fato de ele ser machista, xenófobo, estúpido, racista...

Já no caso brasileiro, lembremos que um dos pilares do tripé promotor do golpe de Estado que neste ano derrubou a presidenta eleita foi justamente a mídia – ao lado de um parlamento e um judiciário dos mais desonestos da história de nossa semi-nação, instituições que conseguem causar estupor mesmo dentre seus pares (congressistas e togados quase sempre reacionários) europeus. O presente golpe, vale recordar, começou ainda na campanha de 2014, e dentre outros interesses, foi motivado por Dilma ter aventado colocar em pauta a regulação dos meios de comunicação. Por esta mesma época, a jornalista britânica Sue Branford – colaboradora dos maiores e mais influentes meios corporativos (conservadores) do mundo, como BBC, Financial Times e Guardian –, em mesa de debate com Otávio Frias criticou a vergonhosa concentração da mídia brasileira em

mãos de poucas famílias que, segundo ela, manipulam notícias mediante *ênfases* e *omissões* planejadas, além de forjar *edições* de coberturas que distorcem os fatos. O capo da Folha, irritado com a insinuação, em sua resposta falha, limitou-se a tentar desqualificar a jornalista, sugerindo que ela agia “como petista”.

Apesar do esbravejamento, o herdeiro júnior sabe bem que seu jornal-partido protagoniza a manutenção da extrema falta de liberdade informativa brasileira. Segundo relatório de 2013 publicado pela ONG *Repórter Sem Fronteiras*, o Brasil sofre com um alto grau de “concentração midiática”, o que contrasta com a “extrema diversidade de sua sociedade civil”; este problema advém de um sistema nacional de comunicação estruturado pela ditadura militar, que ainda segue vigente. O documento afirma que “dez grandes grupos econômicos” – cada qual representando uma “família” – repartem a quase totalidade da “comunicação de massas” no país. Dentre estes, se destacam: na televisão, o grupo Globo (Marinho), o SBT (Sílvio Santos), a Rede Bandeirantes (Saad) e a Record (do industrial de igrejas Edir Macedo); e na imprensa escrita, além da Folha (que vem surpreendendo mesmo os concorrentes com sua ânsia golpista de nível Kataguri), o Estadão (Mesquita), a Editora Abril (dona da Veja, órgão neofascista dos Civita) e, novamente, os Marinho (filhos de 1964, com seu jornal O Globo).

PIG Global – dos EUA para o mundo

O problema da falta de democracia na imprensa, contudo não é uma particularidade brasileira. Conforme entrevista do fundador do Wikileaks, Julian Assange, se no Brasil “há seis famílias que controlam 70% da imprensa”, este desequilíbrio chega a ser pior em países supostamente “desenvolvidos”, como a Suécia em que 60% da mídia é comandada por uma só organização, ou na Austrália, em que o tal Rupert Murdoch detém sozinho mais da metade da imprensa escrita.

No caso dos Estados Unidos, a relação entre a mídia e a política direitista é ainda mais orgânica – e a concentração de poderio, como mencionado, vem se agravando. O premiado jornalista e professor da Universidade da Califórnia, o armênio Ben Bagdikian mostra em seu estudo (*O monopólio da mídia*, 2000) que, se no início dos anos 1980 cinquenta empresas dominavam a comunicação nacional, no final dos 1990 elas tinham se reduzido a somente dez corporações. Em 2004, o autor reviu e atualizou sua obra, acabando por verificar que naquela data eram apenas cinco as empresas que monopolizavam 90% da informação de massas: Time Warner (CNN, AOL), Disney (ABC, D. Channel), Murdoch's News Corporation (Fox, The Wall Street Journal), Bertelsmann (RTL Group, Penguin Random) e Viacom (ex-CBS, Paramount, MTV).

Esses conglomerados corporativos não só controlam a opinião pública estadunidense, como

influenciam diretamente diversos estamentos governamentais, caso do Conselho de Relações Exteriores, que durante o governo Obama promoveu o armamento de grupos neonazis em prol da destituição do governo eleito ucraniano e incendiou nações cujos governos eram opositores (Venezuela, Síria, Líbia), além de ter apoiado vários golpes de Estado (Honduras, Paraguai e Brasil). Logicamente, antes de iniciar cada conflito, tais meios se comprometeram com a construção dos discursos que os legitimariam nas televisões, jornais, cinemas do mundo.

Nos últimos anos, a concentração de poder não se modificou, mas apenas trocou parcialmente os sócios no comando: este ano, a Comcast, após sua fusão com a NBC (General Electric-Vivendi) alcançou, de acordo com a revista Forbes, o cume na hierarquia midiática – hoje designada como os “seis grandes” (“top six”).

Tais megacorporações possuem e controlam a informação nos EUA, mas também em várias nações subalternas – da América e do mundo. São impérios empresariais – multinacionais com braços financeiros – que ademais de gerir e eleger a informação disponível para nosso “consumo”, dirigem um imenso negócio de entretenimento, que abarca do cinema, música, teatro, sites de internet e publicações de livros enlatados, até o impactante e perigoso mercado da indústria de produção e distribuição de conteúdos televisivos padronizados, que chegam a grande parte dos domicílios de todo o mundo. Note-se que a televisão é provavelmente o mais potente veículo (de)formador de opiniões do planeta. No caso dos EUA, país caracterizado pelo apreço à tecnologia e artificialismo, em que o cidadão médio assiste cerca de 5 horas de televisão por dia (segundo pesquisa de 2009 da *Nielsen Media Research*), a manipulação da consciência geral da população pode, portanto, chegar a níveis de ficção científica *matrixiana*.

Daí não ser surpresa a vitória de um elemento energúmeno como Trump – ou em nosso caso bananeiro, da quadrilha que conforma a ampla maioria do pífio Congresso atual. É certo que ninguém vota *contra* seus interesses “conscientemente”. Mas o problema é justamente este: a construção de uma “consciência” autônoma é algo quase inacessível à maior parcela da população mundial que, além de sujeita à precarização e tecnicização de um ensino sem visão do *todo* (tema que ainda trataremos), são vítimas dos desígnios do PIG Global – essas megacorporações financeiro-midiáticas que, em nome de sua própria “liberdade” de imprimir e difundir sua ideologia, cultivam a desinformação geral.

Desinformação como projeto de Estado

Assim, quando ouvimos esses discursos “vitoriosos” dos porta-vozes do sistema – o PIG global que em grande medida é comandado desde os EUA – bradando que a esquerda “está morrendo” e

o capitalismo-fim-da-história triunfa, cabe duvidar do imediatismo e dos interesses por trás de tais análises superficiais que, borrifadas nas ondas impostas pelo jornalismo comercial contemporâneo, proclamam a cada instante “novas tendências globais” – legando a meras aparências (eventos relativos), uma “legitimidade” de fatos consolidados pela história. Eleição não reflete democracia e o poder momentâneo da extrema-direita nos EUA e Brasil não reflete uma ideologia efetivamente conservadora ou fascista, mas antes revela a falha das reformas mínimas centristas (social-democratas) – desgastadas e que já não dão conta das necessidades atuais.

Em uma situação na qual a “imensa maioria dos cidadãos é analfabeta – total ou funcional –, pode-se falar em liberdade de expressão e de pensamento?” – ponderava Fidel Castro, ao que ele mesmo contesta: “Muitas pessoas no mundo não só carecem de liberdade para pensar, mas tiveram seu *aparelho pensador* destruído”.

De fato, não há motivo para surpresas: nas primeiras décadas do século XX, o pensador marxista Walter Benjamin, no ensaio “O Narrador”, já advertia que a difusão da imprensa – com suas informações compartimentadas, que não promovem a reflexão – foi um dos principais instrumentos consolidadores do capitalismo. “Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior mas também do mundo ético sofreram transformações que antes não julgaríamos possíveis” – reflete ele (e não fala de hoje, mas dos idos de há um século). A crise capitalista não é um desvio, mas uma planejada permanência.